



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na internet, com mais artigos e links citados.

Educação Católica: Uma história do Espírito em ação

Arte: Sergio Ricciuto Conte



Marcos Gregório
Borges*

“A história da educação católica é a história da ação do Espírito Santo”, diz Leão XIV, na carta apostólica *Desenhar novos mapas de esperança* (DNME 2.1). O Papa destaca que “os carismas educativos são respostas originais às necessidades de cada época” (DNME 2.1). O Espírito, que é sempre novo e sopra onde quer, suscita iniciativas bastante diversas, em vista da necessidade de um determinado tempo e lugar, sempre à luz do mesmo fundamento que recebemos da fé: a promoção da dignidade da Pessoa, que é “imagem de Deus, capaz de verdade e de relação”.

A carta traz algumas referências que ilustram essa diversidade, como a atuação dos padres do deserto no início da cristandade, que ensinaram a reconhecer Deus em toda parte, o trabalho imprescindível dos mosteiros, que, ao preservarem obras clássicas, realizaram um enorme serviço à cultura universal, até os muitos missionários que dedicaram sua vida à educação, especialmente dos mais pobres, dos quais gostaria de destacar alguns exemplos.

São José de Calazans, um nobre espanhol que viveu no século XVII, ao andar pelas ruas de Roma e se deparar com a situação de crianças e jovens abandonados, compreendeu que sua missão era ajudá-los

*Leão XIV, em outubro de 2025, publicou a carta apostólica **Desenhar novos mapas de esperança**, por ocasião do aniversário de 60 anos da declaração conciliar **Gravissimum educationis**. A educação sempre foi importantíssima para o Cristianismo. Luigi Giussani, padre fundador de um movimento, que sempre trabalhou como professor, dizia: “Deixe-nos nus, mas não nos tirem a liberdade de educar”! Para a Igreja, a educação é muito mais do que capacitação profissional ou formação moral. É abertura à realidade, caminho de liberdade, possibilidade de encontro com Aquele pelo qual nosso coração espera. Por isso, esta edição do Caderno Fé e Cultura é dedicada a reflexões sobre esta carta de Leão XIV.*

por meio de uma educação que não se limitasse ao ensino religioso. E assim, abriu a primeira escola gratuita da Europa para jovens das classes sociais mais pobres.

No século XIX, São João Bosco desenvolveu uma filosofia educacional conhecida como “método preventivo”, baseada em “razão, religião e amor”, uma alternativa às metodologias punitivas da época. Por meio da razão, o aluno aprende a ter discernimento e assumir responsabilidades; por meio da religião, conhece a fé cristã e os valores do Evangelho; por meio do amor, cria-se um ambiente de confiança e cooperação que facilita o processo de aprendizado e desenvolvimento pessoal. Trata-se de um método que forma “bons cristãos

e honestos cidadãos”.

O Papa menciona ainda a dedicação de diversas mulheres, como Santa Francisca Xavier Cabrini (Madre Cabrini), com seu trabalho incansável junto aos migrantes, e Santa Elizabeth Ann Seton, que fundou as primeiras escolas católicas nos Estados Unidos.

Entre elas, gostaria de destacar o trabalho de Santa Catarina Drexel, uma norte-americana que viveu no século XIX, e que após ser convidada à vida missionária pelo próprio Papa Leão XIII, resolveu dedicar sua vida aos povos indígenas e afro-americanos. Filha de um famoso banqueiro, Catarina utilizou sua herança para abrir inúmeras escolas e centros missionários para índios e negros em pelo menos

13 estados norte-americanos em uma época de grande segregação racial no país. Seu trabalho gerou inclusive perseguições, a ponto de uma de suas escolas ser incendiada, na Pensilvânia.

Estes exemplos nos ensinam que, diante dos desafios atuais em relação à Educação e da tentação de se buscar soluções rápidas, é mais importante abordar os problemas com habilidade do que dar uma resposta precipitada sobre por que algo aconteceu ou como superá-lo. O objetivo é aprender a lidar com os problemas, que são sempre diferentes, porque cada geração é nova – com novos desafios, sonhos e perguntas” (DNME 4.3).

Talvez esta seja a grande lição que aprendemos com o exemplo de tantos homens e mulheres de fé que ao longo da História dedicaram sua vida à Educação: a capacidade de conciliar a abertura à ação da Graça com uma adequada leitura da realidade que permita, ao mesmo tempo, discernir a vontade de Deus para cada tempo e lugar e realizar obras que realmente promovam o Bem para aqueles que mais precisam.

Que o Espírito Santo possa inspirar novos carismas educativos que atendam às necessidades deste tempo à luz da Fé de sempre!

Agradecemos ao Projeto *Veritatis Mater* pela coordenação e execução desta edição do Caderno Fé e Cultura

* Filósofo e estudioso da obra de Jacques Maritain, é servidor público federal, atua com Gestão de Projetos na área de Cidadania Fiscal. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela USP e colaborador do Instituto Jacques Maritain. Integrante do Projeto Veritatis Mater

A educação e o diálogo do coração

Na passagens a seguir, de *Desenhar novos mapas de esperança*, Leão XIV nos apresenta o valor cristão da educação, mostrando-a não como uma simples exposição de conteúdos e valores formativos, mas como um espaço em que ‘o coração dialoga com o coração’.

Com a declaração conciliar *Gravissimum educationis*, o *Concílio Vaticano II* lembrou à Igreja que a educação não é uma atividade acessória, mas forma o próprio tecido da evangelização: é o modo concreto pelo qual o Evangelho se torna um gesto educativo, uma relação, uma cultura. Hoje, diante das rápidas mudanças e das incertezas desorientadoras, esse legado demonstra uma resiliência surpreendente. Onde as comunidades educativas se deixam guiar pela palavra de Cristo, elas não recuam, mas se revitalizam; não constroem muros, mas pontes [...] porque o Evangelho não envelhece, mas faz “todas as coisas novas” (Ap 21,5) [...]

Vivemos em um ambiente educativo complexo, fragmentado e digitalizado. Precisamente por isso, é sábio fazer uma pausa e voltar o nosso olhar para a “cosmologia da *paideia** cristã”: uma visão que, ao longo dos séculos, soube renovar-se e inspi-

* Sistema de educação e formação integral, na Grécia Antiga, que buscava desenvolver o homem em suas esferas física, intelectual, moral e artística, visando a criar um cidadão completo

rar positivamente todos os aspectos multifacetados da educação. Desde as suas origens, o Evangelho gerou “constelações educativas”: experiências humildes e poderosas, capazes de interpretar os tempos, de preservar a unidade entre fé e razão, entre pensamento e vida, entre saber e justiça. Em tempos de tempestade, foram uma tábua de salvação; em tempos de calmaria, uma vela desfraldada [...]

A Igreja é “mãe e mestra” não por supremacia, mas por serviço: acompanha o crescimento da liberdade, assumindo a missão do Divino Mestre para

que todos “tenham vida, e a tenham em abundância” (Jo 10,10) [...] A educação cristã é um esforço coletivo: ninguém educa sozinho. A comunidade educativa é um “nós”, em que professores, alunos, famílias, pessoal administrativo e de apoio, pastores e sociedade civil convergem para gerar vida [...] O fundamento permanece o mesmo: a pessoa, imagem de Deus (Gn 1,26), capaz de verdade e de relacionamento. Portanto, a questão da relação entre fé e razão não é um capítulo opcional: “A Verdade Religiosa não é apenas uma parte, mas uma condição do conhe-

cimento geral”. Estas palavras de São João Henrique Newman [...] são um convite a renovar o nosso compromisso com um conhecimento que seja tão intelectualmente responsável e rigoroso quanto profundamente humano. Devemos também ter cuidado para não cair na armadilha de um iluminismo de fé associado exclusivamente à razão. Precisamos emergir da superficialidade, recuperando uma visão empática e aberta, e compreender melhor como a humanidade se compreende hoje, a fim de desenvolver e aprofundar nosso ensinamento. É por isso que o desejo e o coração não devem ser separados do conhecimento: isso significaria dividir a pessoa. As universidades e escolas católicas são lugares onde as perguntas não são silenciadas e a dúvida não é banida, mas sim acompanhada. O coração, ali, dialoga com o coração, e o método é o da escuta que reconhece o outro como um trunfo, não como um mero obstáculo.

Desenhar novos mapas de esperança, DNME 1-3



Obra 'A Escola de Atenas' de Rafael - Museu do Vaticano

Por uma educação que relacione fé e razão

Wallace Tavares
Alves Sá*

Em sua recente carta apostólica *Desenhando novos mapas de esperança*, Leão XIV oferece uma reflexão sobre o papel vital da educação católica no mundo contemporâneo. O documento aborda desde emergências educacionais globais até a necessária inovação pedagógica, destacando a relação inseparável entre fé e razão no processo do conhecimento e na busca pela verdade. Essa relação não é um “capítulo opcional” (DNME 3.1), mas a condição para uma busca intelectual verdadeiramente responsável, rigorosa e integralmente humana, que evita tanto o reducionismo racionalista quanto uma fé desconectada do pensamento crítico.

A Igreja, lembra-nos o Papa, se compreende como mãe e mestra – portanto, educadora por excelência – não por um desejo de supremacia e controle da verdade, mas por vocação de serviço. Nesse sentido, cada estilo educativo que dela brotou ao longo

A educação como espaço de diálogo e busca pela verdade é um antídoto contra a arrogância do dogmatismo e a passividade do ceticismo, tão presentes nos dias de hoje. É um exercício de caridade intelectual que, ao integrar fé e razão, acolher a dúvida e buscar a sabedoria com incansável esperança, serve não apenas ao indivíduo, mas oferece ao mundo uma forma concreta e urgentemente necessária de humanismo integral.

Neste espaço, formam-se não apenas profissionais competentes, mas seres humanos conscientes de sua dignidade, abertos ao transcendente e comprometidos com a construção de um mundo mais verdadeiro e bom.

dos séculos se fundamenta em uma visão do ser humano como imagem de Deus, chamado à verdade e à bondade. Este fundamento antropológico define o objetivo último do processo educativo: não a mera eficiência técnica, mas a realização plena da pessoa em sua dimensão espiritual, intelectual e moral.

O ser humano é, portanto, capaz da verdade. Essa capacidade exige que a busca pela verdade não seja fragmentada, dilacerada ou dividida. Reconhecer a complementaridade entre fé e razão é indispensável para um conhecimento autêntico. Separar o dese-

jo do coração do rigor do intelecto é mutilar o ser humano. Por isso, escolas e universidades católicas devem ser lugares de acolhimento das dúvidas, em que a escuta prevalece sobre disputas estéreis. O medo do questionamento é incompatível com uma confiança na verdade que se propõe buscar (DNME 3.1).

Esta postura, segundo o Papa, implica uma mudança de perspectiva fundamental ou a “criação de novos mapas de esperança”. Essa nova educação deve saber que a verdade não é troféu a ser defendido; deve aprender

a abordar os problemas com humildade intelectual, sabedoria e abertura. Nesse sentido, oferecer ao mundo uma educação focada na resolução de problemas – entendidos em sua complexidade humana, ética e existencial – é mais perene e eficaz, pois forma pessoas capazes de enfrentar os desafios sempre novos de cada época com um espírito crítico e criativo.

Nesta jornada, a fé não é apenas mais um “tema” no currículo. Ela é o combustível e o espírito que vivifica toda a busca. É o que confere sentido e profundidade ao estudo da história, das ciências, da filosofia e da arte. Ao estudar a natureza, por exemplo, o estudante católico não vê apenas um conjunto de leis físicas, mas “*vestigia Dei*” (vestígios do Criador), o que enriquece sua admiração e sua responsabilidade. A fé impulsiona uma sede de saber que não se sacia, tornando-nos, nas palavras do Papa, “incansáveis buscadores da sabedoria” (DNME 11.3).

*Integrante do Projeto Veritatis Mater, doutorando e mestre em Filosofia pela UFABC. Professor de Sociologia no Colégio Eng. Salvador Arena, em São Bernardo do Campo (SP).

Para além do algoritmo

Alessandro de Oliveira Pedro*

Entro na sala de aula e, antes mesmo do “bom dia”, vejo o brilho azulado das telas refletido nos rostos. É inegável: o mundo mudou e a sala de aula também. A presença da Inteligência Artificial (IA) já não distingue escolas católicas das instituições laicas, universidade pública de privadas, ensino básico do ensino médio. O impacto é transversal. Em salas comuns, laboratórios e bibliotecas digitais, a pergunta que nos assombra é a mesma: como educar pessoas em um mundo mediado por algoritmos?

Ao ler a carta apostólica do Papa Leão XIV, *Desenhar novos mapas de esperança*, senti que suas reflexões dialogam com essa realidade. O documento oferece uma bússola para qualquer projeto educacional sério, lembrando que uma pessoa não é um “perfil de competências” e muito menos se reduz a um “algoritmo previsível” (DNME 4.1).

Nas escolas contemporâneas, cresce a pressão por métricas. A IA apresenta-se como solução tentadora: corrige, organiza, otimiza. Tudo parece mais eficiente. Mas o Papa alerta: a educação não se mede apenas pelo “eixo da eficiência”, mas pela dignidade e pela justiça (DNME 4.2).

O risco que corremos é cair em um “eficientismo sem alma”

A verdadeira inovação é formar pessoas capazes de permanecer humanas. A Inteligência Artificial (IA) desenha mapas, mas só no coração habita o destino. Não nos iludamos: a tempestade é forte, mas nossa esperança é teologal.

(DNME 9.1). A formação perde seu sentido quando se limita a treinar operadores de sistemas, ignorando que o ser humano é “um rosto, uma história, uma vocação” (DNME 4.1). Universidades sem reflexão ética formam profissionais capacitados, mas frágeis.

Nesse cenário, o professor torna-se insubstituível. Não competimos com a IA em velocidade, mas em humanidade. As tecnologias “devem servir à pessoa, não a substituir” (DNME 9.1). Em minha prática,

percebo a mudança: se a IA responde, o educador pergunta; se o algoritmo calcula, o educador contextualiza o erro como crescimento; se a tecnologia informa, o educador forma. Precisamos ensinar “o uso sábio das tecnologias” (DNME 10.3), harmonizando a inteligência técnica com a espiritual.

O Papa Leão XIV toca na ferida ao elencar como prioridade a vida interior. Nossos jovens, exaustos de superficialidade, pedem profundidade. A sala de

aula deve ser onde “as perguntas não são silenciadas e a dúvida não é banida, mas sim acompanhada” (DNME 3.1).

O apelo para desarmar as palavras é vital. O documento recorda que a educação não avança com a polêmica, mas com a “mansidão que escuta”. Em tempos de polarização digital, a escola precisa ser um oásis de “paz desarmada”. Educar torna-se um ato de resistência: ensinamos a depor as armas do julgamento rápido para retomar a linguagem da misericórdia e construir pontes nas quais a sociedade ergueu muros (cf. DNME 10.3).

A educação católica não é refúgio, mas “laboratório de discernimento”. Somos chamados a ser, portanto, “coreógrafos da esperança”, harmonizando a técnica com

a caridade. Não tenhamos medo de desenhar estes novos mapas, pois a estrela polar do Evangelho nunca se apaga. Que nossas escolas sejam “constelações educativas” em que cada aluno, acolhido em sua unicidade, descubra que o verdadeiro conhecimento é aquele que se faz serviço ao próximo (cf. DNME 6.1; 8.1 e 11.1). Avancemos com a tecnologia como auxílio, priorizando as relações humanas e com os olhos fixos em Deus, pois a “esperança não decepciona” (Rm 5,5).

* Diácono permanente da Arquidiocese de São Paulo. Graduado em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Matemática e Programação na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo



Luzes para o caminho educativo

*Retomando os princípios do Pacto Educativo Global, em *Desenhar novos mapas de esperança* Leão XIV oferece uma guia para estes novos tempos, em que a tecnologia parece sobrepor-se à humanidade dentro do processo educativo e da vida.*

Gravissimum educationis inaugurou uma nova era de confiança, incentivando a atualização de métodos e linguagens. Hoje, essa confiança é testada em relação ao ambiente digital. As tecnologias devem servir à pessoa, não a substituir; devem enriquecer o processo de aprendizagem, não empobrecer os relacionamentos e as comunidades. Uma universidade e uma escola católica sem visão correm o risco de cair na “eficiência” sem alma, na padronização do conhecimento, que se transforma em empobrecimento espiritual.

Para habitar esses espaços, é necessária criatividade pastoral: fortalecer a formação de professores na esfera digital; valorizar a aprendizagem ativa; promover a *aprendizagem-serviço* e a cidadania responsável; evitar toda tecnofobia.

Nossa atitude em relação à tecnologia nunca pode ser hostil, porque “o progresso tecnológico faz parte do plano de Deus para a criação”. Mas isso exige discernimento no planejamento, na avaliação, nas plataformas, na proteção de dados e no acesso equitativo. Algoritmo algum pode substituir o que torna a educação humana: poesia, ironia, amor, arte, imaginação, a alegria da descoberta e até mesmo aprender com os erros. O ponto crucial não é a tecnologia em si, mas como a utilizamos. A inteligência artificial e os ambientes digitais devem ser orientados para a proteção da dignidade, da justiça e do trabalho; devem ser regidos por critérios de ética pública e participação; e devem ser acompanhados por um nível correspondente de reflexão teológica e filosófica [...].

Entre as luzes orientadoras está o *Pacto Educativo Global*. Acolho com gratidão este legado profético que nos foi confiado pelo Papa Francisco. É um convite a formar uma aliança e uma rede para a educação em fraternidade universal. Os seus sete princípios continuam a ser o nosso fundamento: (1) colocar a pessoa no centro; (2) ouvir as crianças e os jovens; (3) promover a dignidade e a plena participação das mulheres; (4) reconhecer a família como a principal educadora; (5) abraçar o acolhimento e a inclusão; (6) renovar a economia e a política ao serviço da humanidade; (7) cuidar da nossa casa comum [...].

Aos sete caminhos, acrescento três prioridades. A primeira diz respeito à vida interior: os jovens anseiam por profundidade; precisam de espaços para o silêncio, o discernimento e o diálogo com a sua consciência e com Deus. A segunda diz respeito ao domínio humano digital: eduquemo-los no uso sábio das tecnologias e da IA, colocando a pessoa acima do algoritmo e harmonizando as inteligências técnica, emocional, social, espiritual e ecológica. A terceira diz respeito ao desarmamento e à promoção da paz: eduquemo-los em uma linguagem não violenta, na reconciliação, na construção de pontes e não de muros; “Bem-aventurados os pacificadores” (Mt 5,9) torna-se simultaneamente o método e o conteúdo da aprendizagem.

Todas as citações de *Desenhar novos mapas de esperança* utilizadas neste Caderno foram diretamente traduzidas da versão em espanhol, uma vez que o site do Vaticano não oferece ainda uma versão em português

Educação e subsidiariedade: um princípio para ordenar responsabilidades

Visto como critério de distribuição de competências, o princípio da subsidiariedade parte de uma intuição antropológica: pessoas e comunidades têm dignidade, responsabilidade e capacidade própria de agir. As instâncias superiores não devem substituir as inferiores por conveniência; devem fortalecê-las e intervir quando houver incapacidade ou falha, oferecendo coordenação e correção.

Bruno Ceretta*

Quando se discute Educação, uma pergunta reaparece com frequência, já formulada como se estas esferas fossem separáveis: quem é o principal responsável por sua promoção: a família e a sociedade ou o poder público e as instituições de ensino? O princípio da subsidiariedade ajuda a ordenar a resposta. Ele sustenta que aquilo que pode ser prestado por instâncias mais próximas das pessoas – como os responsáveis familiares, a comunidade e a escola local – não deve ser centralizado em âmbitos mais distantes.

No campo educacional, a subsidiariedade articula três dimensões: a primazia formativa da família, a liberdade de ensino e o dever do Estado de promover o bem comum. Ela implica reconhecer a precedência educativa dos pais e o papel decisivo das instituições de ensino – privadas e públicas – e dos municípios, ao mesmo tempo em que atribui ao Estado a função de assistir, regular e intervir quando necessário para assegurar que ninguém fique à margem de uma educação de qualidade.

No Brasil, essa lógica aparece no



regime constitucional de colaboração. A Constituição de 1988 define a Educação como dever do Estado e da família, com colaboração da sociedade, e organiza responsabilidades entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios: Municípios atuam prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental; Estados no ensino fundamental e no médio; e a União exerce funções redistributivas e supletivas, com assistência técnica e financeira para garantir padrões mínimos de qualidade e reduzir desigualdades regionais, também mantém a rede

federal de ensino superior e técnico.

A formulação moderna do princípio da subsidiariedade ganhou relevo na encíclica *Quadragesimo Anno* (1931), ao estabelecer que planos superiores devem intervir apenas quando os inferiores não puderem alcançar determinados fins por si; e na Declaração *Gravissimum educationis* (1965), ao reafirmar a centralidade da formação humana, reconhecer os pais como primeiros educadores e atribuir ao Estado o dever de favorecer e ordenar o sistema escolar.

Esse horizonte reaparece na carta

apostólica de Leão XIV pelos 60 anos da Declaração *Gravissimum educationis*. Em um mundo fragmentado e digital, o texto insiste que ninguém educa sozinho: a formação é obra comum, fruto de uma constelação de instâncias, como famílias, escolas, universidades, associações e entidades civis (cf. DNME 3.1). Ele também adverte contra reducionismos, pois a Educação não pode ser mero treinamento funcional ou utilidade econômica. Formar é cuidar da pessoa inteira, preservando espaço para diálogo e discernimento (cf. DNME 4.1).

De acordo com o documento, a subsidiariedade é concretizada em práticas de corresponsabilidade educativa, com participação de famílias e educadores na definição de prioridades, no acompanhamento e na melhoria dos projetos formativos (cf. DNME 6.1). Isso supõe mecanismos estáveis de cooperação e prestação de contas entre os atores envolvidos. Em síntese, trata-se de um equilíbrio dinâmico que coordene liberdade, responsabilidade e equidade.

* Professor e advogado. Doutor em Direito pela Universidade de Roma I – “La Sapienza”. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP).

Livros

A consciência que se cumpre – e a fé que chama

Para o cristão, toda boa leitura é um diálogo entre sua humanidade e a do autor, como demonstrado neste artigo.

Alecsandro A. de Souza*

Há livros que não nos pedem leitura, mas resposta. *O Encontro Marcado* pertence a essa categoria rara. Fernando Sabino não constrói uma narrativa de feitos extraordinários, mas um itinerário interior: *o percurso de uma consciência diante do tempo, da liberdade e do sentido*. Sua importância não reside nos acontecimentos que encena – discretos, quase banais –, mas na inquietação que instala, persistente e silenciosa, como uma pergunta que não se deixa calar.

O romance acompanha a vida de Eduardo Marciano. Inteligente, sensível, curioso, cercado de amigos, leituras e oportunidades, Não sofre de carência, mas de excesso. Nada lhe falta. Seu drama nasce justamente daí. O mundo não lhe impõe limites claros; oferece-lhe muitos caminhos. Incapaz de hierarquizar, ele substitui a decisão pela experiência sucessiva. Vive como quem ensaia indefinidamente uma vida que nunca assume como tarefa. Não escolhe; experimenta. Não se compromete; observa-se.

A primeira parte do romance cons-

trói essa dispersão com rigor silencioso. Amizades, debates, projetos intelectuais – tudo começa, quase nada se fixa. Eduardo não foge do mundo; adia-o. Não recusa a vida; suspende-a. Sua inteligência, em vez de ordenar, multiplica possibilidades e dissolve o tempo em uma sucessão contínua de começos.

É ao final dessa etapa que surge a frase mais citada do livro: “De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando; a certeza de que era preciso continuar; e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro.” Fora do contexto, a passagem soa como síntese de sabedoria. Inserida na narrativa, porém, funciona como balanço existencial. Ela descreve um estado da alma – não um destino.

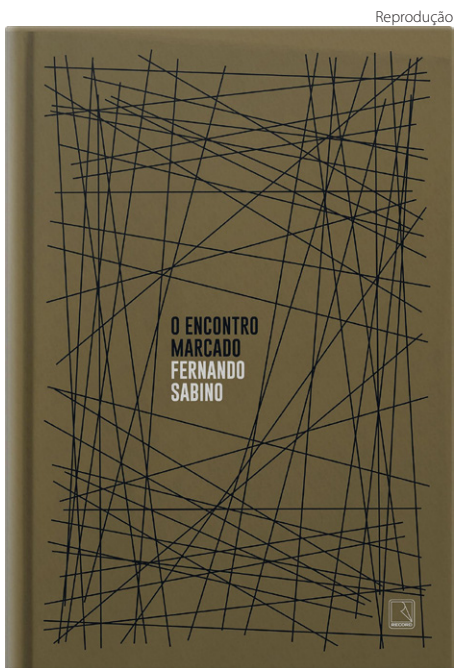
Foi exatamente nesse ponto que o livro mais me tocou – e me exigiu. Não pela beleza da formulação, mas pelo risco que ela revela quando tomada como palavra final. A frase é bela, mas perigosa se absolutizada. Pode transformar a interrupção em virtude, o adiamento em método e a procura em

identidade. Aqui se impõe o discernimento: há correntes existencialistas que vivem dessa elegância, fazendo da inquietação não um caminho para a Verdade, mas um fim em si mesma. Minha fé resiste a essa sedução – não por desprezo da fragilidade humana, mas por recusa de uma estética do provisório que abdica da decisão.

O romance, contudo, não se encerra nesse impasse. A pergunta sobre Deus – lançada ainda no ginásio – retorna como ferida viva ao longo do livro. Sua inquietação não é apenas psicológica ou moral, mas religiosa. Deus não é negado; é resistido. Amor, amizade, cultura e reconhecimento são buscados com intensidade, mas revelam seu limite quando chamados a ocupar o lugar do fim último.

O desfecho simbólico confirma essa chave (evitemos *spoilers*): não é apenas tragédia narrativa; é figura de renascimento. O encontro anunciado no título não é social nem sentimental, mas sobrenatural: encontro com a Verdade que não se fabrica, mas se recebe.

Aqui a tradição cristã oferece a chave decisiva. Como escreveu Santo Agostinho, o coração humano permanece inquieto enquanto não repousa



SABINO, Fernando. *O encontro marcado*. São Paulo: Record, 2023 [1ª. Edição: Civilização Brasileira, 1956]

em Deus. *O Encontro Marcado* não é o romance de uma consciência fracassada, mas de uma consciência em vias de conversão. A inquietação não é negada – é redimida. E o encontro deixa de ser ensaio para tornar-se, enfim, caminho.

*Administrador de empresas.